

Quarta-Feira, 18 de Fevereiro de 2026

PF encontra com 'kid preto' plano de golpe de Estado com previsão de prisão de ministro

TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

g1

A Polícia Federal encontrou documentos detalhados que descrevem o planejamento estratégico de um golpe de Estado no Brasil em um pendrive apreendido com o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, integrante da tropa de elite conhecida como "Kids Pretos", em Goiânia. Segundo as investigações, o plano visava anular o resultado das eleições presidenciais de 2022 e manter Jair Bolsonaro no poder.

O material está nas investigações da Operação Luneta, cujo sigilo caiu nesta semana, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Quando ele determinou o fim do sigilo do relatório que indicia 37 pessoas por golpe de Estado — dentre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro — retirou o sigilo de investigações correlatas.

Planejamento estratégico do golpe

De acordo com a Operação Luneta, que investiga atos antidemocráticos, a planilha encontrada no dispositivo descreve "fatores estratégicos de planejamento" divididos em colunas intituladas "fato", "dedução" e "conclusão". Entre os objetivos detalhados estavam:

- * Realização de um novo pleito eleitoral.
- * Emissão de mandados de prisão contra envolvidos em supostas irregularidades no processo eleitoral.
- * Exploração global de narrativas de fraude eleitoral.
- * Convocação das Forças Armadas para garantir a execução das medidas.

A PF afirmou que o plano utilizava a falsa narrativa de vulnerabilidade e fraude no sistema eletrônico de votação como justificativa para romper a ordem democrática.

Veja abaixo imagem da planilha encontrada:

A. CAPACIDADES CRÍTICAS			
1.	REALIZAR A PRISÃO PREVENTIVA DOS JUÍZES SUPREMOS CONSIDERADOS GERADORES DE INSTABILIDADE		
2.	COORDENAR A SEGURANÇA PÚBLICA EM CONJUNTO COM AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS		
3.	REALIZAR LIGAÇÕES INSTITUCIONAIS COM OS PARLAMENTARES EM SEUS ESTADOS EM BUSCA DE REESTABELECIMENTO		
4.	CONSTITUIR GABINETE DE CRISE, CONJUNTO E INTERAGÊNCIAS (FORÇA LEGALISTA), PARA REESTABELECIMENTO DA LEG		
5.	COORDENAR OS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO DE TODO O PROCESSO ELEITORAL		
6.	REALIZAR A SEGURANÇA E PARTICIPAR DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE NOVO PLEITO ELEITORAL		
7.	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM A TROPA		
8.	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FA COM A POPULAÇÃO		
9.	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FA COM OS PRESIDENTES DOS PODERES CONSTITUCIONAIS		
10.	GARANTIR A LEI E A ORDEM DE FORMA PONTUAL, COM EMPREGO DE TROPA, NOS ESTADOS QUE APRESENTAREM INEX		
11.	REFORÇAR A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS		
12.	REALIZAR OPERAÇÕES MILITARES CONTRA POSSÍVEIS AMEAÇAS EXTERNAS NAS FRONTEIRAS		
13.	REALIZAR APROXIMAÇÕES CENTRAL E ESTADUAIS COM OS OSP PARA INTERCÂMBIO DE INTLG E ADESTRAMENTO		
14.	REALIZAR OCCA NAS DIMENSÕES HUMANA PARA ALÍVIO DAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS		

Imagem de planilha com plano de golpe de Estado encontrada pela PF — Foto: Reprodução

Prisão de ministros do STF

Um dos pontos que mais chamou a atenção no documento foi o destaque à necessidade de "realizar a prisão preventiva dos juízes supremos considerados geradores de instabilidade". Essa ação, segundo a PF, só seria possível em caso de ruptura institucional, indicando que o planejamento previa ataques diretos ao Supremo Tribunal Federal (STF). Entre as tarefas essenciais citadas no material estava "neutralizar a capacidade de atuação do ministro Alexandre de Moraes".

Gabinetes de crise e arcabouço jurídico

O plano também previa a criação de um gabinete central e de gabinetes estaduais de crise, além da elaboração de um arcabouço jurídico em coordenação com o Superior Tribunal Militar (STM). O objetivo seria respaldar as ações militares necessárias para implementar o golpe, conforme descrito nos documentos.

Esboço de discurso pós-golpe

Outra peça importante da investigação é uma carta de quatro páginas encontrada em fevereiro deste ano no gabinete de Jair Bolsonaro, na sede do Partido Liberal (PL). O texto faz duras críticas ao STF e apresenta argumentos para justificar a convocação das Forças Armadas. Em um dos trechos finais, está escrito:

"Afinal, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da

Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem".

Conexão com o governo Bolsonaro

A PF destaca que o documento é um ensaio retórico preparado para ser lido em caso de subversão do Estado Democrático de Direito, reforçando a conexão entre o plano golpista e os círculos próximos ao ex-presidente. As evidências revelam um esforço coordenado para justificar ações autoritárias sob o pretexto de defesa da Constituição e da ordem pública.

Investigação em andamento

Com os novos achados, a Polícia Federal continua avançando na identificação de envolvidos e nas conexões entre os responsáveis pelo planejamento. As evidências reforçam a gravidade das ações planejadas, indicando uma tentativa organizada de romper a ordem democrática e consolidar um governo de exceção.

Os documentos serão anexados ao inquérito já em andamento, que investiga atos antidemocráticos ocorridos no período eleitoral e após os resultados das eleições de 2022.